
MOÇÃO

A ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS, REUNIDA EM MONSARAZ ENTRE 1 E 2 DE OUTUBRO DE 2011, DELIBERA POR UNANIMIDADE:

1. Afirmar que o SMMP e os seus associados estão dispostos a colaborar com o Governo e a Assembleia da República na procura de consensos alargados para a construção de um sistema de Justiça mais célere, mais acessível, mais eficiente e que garanta o reconhecimento dos direitos individuais dos cidadãos;
2. Manifestar o empenhamento e a disponibilidade dos magistrados do Ministério Público para colaborarem, individual e colectivamente, com todos os intervenientes judiciais (Juizes, Advogados, Solicitadores e Funcionários), na **dignificação do sistema de justiça e dos próprios operadores**, considerando que tal desígnio só se alcançará com posturas responsáveis e espírito construtivo, num clima de respeito recíproco e de urbanidade, sem prejuízo da divergência de opiniões e da defesa convicta de posições;
3. **Reafirmar** a unidade dos magistrados do Ministério Público em torno dos seus princípios constitucionais e estatutários e a sua disponibilidade e empenho em envolverem-se na construção de um Ministério Público renovado, efectivo defensor da Constituição e do Estado de Direito, que reja a sua actuação por critérios de estrita legalidade e objectividade, respeitador do princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, capaz de responder eficazmente nas suas várias áreas de acção;
4. **Afirmar** a necessidade de valorização do Ministério Público como uma magistratura de iniciativa e elo entre a sociedade, os cidadãos e o sistema judicial, assumindo-se e cultivando-se uma atitude pró-activa e de intervenção na defesa e promoção dos direitos sociais nas várias áreas de competências do Ministério Público – laboral, menores e família, defesa do ambiente e interesses difusos em geral, defesa da legalidade;
5. **Afirmar** que para tal há que encontrar a vontade, a energia e a vitalidade necessárias para organizar o Ministério Público internamente, conferir-lhe maior capacidade de resposta nas várias áreas de acção e especialização, criar mecanismos de coordenação, potenciar as virtualidades da sua estrutura hierárquica, criar uma cultura de liderança e de responsabilização, privilegiar o mérito e a vocação, permitindo, por via do concurso, o acesso aos cargos de topo dos mais capazes e competentes, elevar os níveis de motivação e qualificação que permitam a realização profissional dos seus magistrados, enfim, recriar o Ministério Público no respeito pelos princípios constitucionais, designadamente os da autonomia na sua dupla vertente;

6. **Afirmar** que em época de grave crise financeira como a que vivemos, com repercussões na vida dos cidadãos e das famílias, os magistrados do Ministério Público aqui reunidos manifestam, em seu nome e dos seus representados, a disponibilidade para assumirem de forma mais efectiva, organizada e eficaz as funções de intermediação e procura de soluções de consenso, assim se ponha fim ao imobilismo e à resignação e se encontrem, ao nível da Procuradoria-geral da República, novas formas de organização e de intervenção que potenciem as virtualidades da estrutura hierárquica do Ministério Público e as competências dos seus magistrados;
7. **Constatar que nenhum benefício trouxeram para o Ministério Público as alterações de 2008 ao seu Estatuto**, mesmo que reforçando substancialmente, a seu pedido, os poderes do Procurador-Geral da República, e que, apesar desse reforço das suas competências, este continua a invocar uma incompreensível falta de poderes;
8. **Reafirmar a pública discordância dos magistrados do Ministério Público com o projecto pessoal do Senhor Procurador-Geral da República**, não sufragado pelo Conselho Superior do Ministério Público, **de reforço dos seus poderes**, incompatível com a concepção do Ministério Público democrático plasmada na Constituição e defendida de forma consensual, no essencial, por todos os partidos, quer no Governo, quer na oposição;
9. **Louvar as iniciativas das Procuradorias-gerais Distritais**, que, na falta do impulso e iniciativa do Procurador-Geral da República, têm assumido a responsabilidade pela uniformização de procedimentos, avançando com projectos de relevo, alertando, porém, para o facto de, precisamente pela falta de âmbito nacional, estas iniciativas poderem contribuir para uma indesejada “regionalização” do Ministério Público;
10. Manifestar ao Conselho Superior do Ministério Público o desagrado pelo incompreensível **atraso na aprovação do regulamento de inspecções**, reafirmando a vontade do SMMP de, com urgência, ser convidado a pronunciar-se sobre o mesmo;
11. Apelar a que o exercício da iniciativa por parte do Procurador-Geral da República e subsequente procedimento disciplinar por parte do Conselho Superior do Ministério Público se pautem pela observância de estritos critérios de legalidade e objectividade, com respeito integral dos direitos de defesa do arguido e com preocupação de uniformização de critérios de escolha e determinação da medida das penas, de forma a assegurar a justiça relativa destas;
12. **Lembrar** que a crise das finanças públicas e do próprio regime democrático está também associada à promiscuidade entre o público e o privado, aos negócios ilícitos, à gestão irresponsável dos dinheiros e património públicos, que beneficiam alguns em prejuízo de todos e servem para impor sacrifícios desmesurados ao cidadão contribuinte; que a situação exige das instâncias de supervisão, fiscalização, controle e investigação mais independência, maior eficácia, maior rigor e mais resultados;
13. **Sensibilizar** os responsáveis políticos, designadamente o Senhor Presidente da República e o Governo, no actual cenário de necessidade urgente de reforço de transparência e rigor das finanças públicas e da economia, para a importância primordial e decisiva da intervenção do

Ministério Público no sistema de justiça, para a premência em serem criadas condições para a sua credibilização e exercício pleno das suas funções, em especial na área da investigação criminal, cujo sucesso é importante factor de prevenção daquele tipo de ilícitos;

14. Esperar do Governo uma opção clara de aposta no reforço da credibilização do **Centro de Estudos Judiciários** enquanto garante institucional com recorte técnico e deontológico de reconhecido mérito, sem prejuízo do aperfeiçoamento do sistema, como única entidade responsável pelo recrutamento dos magistrados e principal entidade encarregue da sua formação, que deverá assentar, essencialmente:
 - a. num tronco comum de formação inicial, mas também no reforço do investimento na formação específica dirigida a cada uma das magistraturas, quer no CEJ, quer ao nível da formação contínua, esta eventualmente alargada a outros profissionais do foro;
 - b. no reforço dos critérios e níveis de exigência no recrutamento e na formação;
 - c. na necessidade de reequacionar o acesso pela via profissional, hoje injustificadamente facilitado;
 - d. no reforço da aptidão dos auditores para a aplicação prática dos conhecimentos académicos;
 - e. na triagem, na fase de recrutamento, e na densificação, na fase da formação, da capacidade de decisão como qualidade indispensável dos futuros magistrados;
 - f. na consolidação da ideia de que a conduta dos magistrados tem de se pautar sempre pela mais estrita observância das exigências éticas e deontológicas inerentes às suas funções;
15. Apelar ao Governo, à Senhora Ministra da Justiça e ao novo Director do Centro de Estudos Judiciários para que dêem de imediato início à preparação e organização do concurso para o **normal curso de formação inicial de magistrados**, enquanto instrumento anual de compensação das saídas, inadiável nas actuais circunstâncias, necessidade acentuada face ao não recrutamento, pela primeira vez, no último ano, de novos magistrados, e ao elevado número de jubilações precipitadas pelas novas regras em vigor;
16. Recomendar ao Governo que, **reduzindo os estágios** dos XXVII, XXVIII e XXIX cursos, o faça de modo a **garantir sempre pelo menos um ano nesta fase de formação**; e que, aproveitando esta situação, gradualmente inicie a redução do número de substitutos, de modo a que, a curto prazo, se consiga extinguir tal figura;
17. **Manifestar preocupação** pelas situações, de conhecimento público, que envolvem o actual **sistema de acesso ao direito** e confirmam a necessidade da sua **reformulação**, reforçando a qualidade dos serviços prestados pelo Advogado oficioso ao cidadão carenciado, cuja situação jurídica, direitos ou interesses não podem ser prejudicados pela sua condição económica e social, patamar essencial à dignificação da advocacia e do sistema de justiça, **equacionado a criação de um corpo de “Defensores Públicos”** que, para além de garantir esse reforço da qualidade, permitiria uma relevante redução de custos para o erário público;
18. **Afirmar que a proposta de que, por regra, o magistrado responsável pela acusação a deve sustentar em julgamento:**

- a. poderá fomentar a ideia indesejada de que os magistrados do Ministério Público devem ter intuítos persecutórios, a sustentar do início ao fim do processo, quando, em verdade, pelo seu Estatuto, devem antes actuar sempre de forma objectiva e isenta, na busca da verdade material;
 - b. não resolve qualquer dos verdadeiros problemas do Ministério Público na área penal, nomeadamente eventuais deficiências na direcção do inquérito ou na intervenção em julgamento;
 - c. é absolutamente inexequível em termos práticos e lançaria o Ministério Público e os tribunais criminais num insuperável caos organizacional, com agravamento dramático dos prazos de conclusão dos processos;
 - d. significaria o fim da especialização no Ministério Público, que, assim, se veria incapaz de investigar qualquer tipo de criminalidade mais complexa;
- 19.** Em alternativa, deverão criar-se as condições, nos diferentes níveis hierárquicos do Ministério Público, que permitam o recurso casuístico a essa solução, de acordo com a natureza e complexidade de cada processo, lembrando que tal não é inédito, sendo possível no actual quadro legal desde que efectivados mecanismos de coordenação e coadjuvação de que a estrutura hierárquica do Ministério Público já hoje dispõe;
- 20. Lembrar** que casos mediáticos, demagogicamente tratados, não devem precipitar soluções legislativas desinseridas do contexto sistemático e da filosofia subjacente. Por exemplo, **não é compreensível permitir que, durante o inquérito, o Juiz de Instrução**, cuja única função nessa fase é a de assegurar o respeito pelos direitos fundamentais do arguido, sendo por isso chamado de “juiz das liberdades e garantias”, **possa aplicar medida de coacção mais gravosa do que a requerida pelo Ministério Público**, assumindo assim um interesse activo no exercício do poder punitivo do Estado que ultrapassa o do próprio Ministério Público, responsável pela investigação;
- 21. Manifestar publicamente a sua apreensão pela indefinição existente quanto ao futuro da orgânica judiciária.**

Monsaraz, 2 de Outubro de 2011